

Dívida externa divide América Latina

Domingo, 25 de junho de 1989

Latina

SONIA MOSSRI

BRASÍLIA — A busca de uma solução conjunta para a dívida externa da América Latina já está dividindo os Governos do continente em dois grupos distintos, em relação às posições defendidas para reduzir as transferências para o exterior. Existem os que defendem uma plataforma comum para negociação e os que preferem o método atual, de negociação caso a caso. Essa polarização ficou clara na reunião preparatória da primeira conferência regional sobre a dívida externa do Sistema Econômico Latino-americano (Sela) semana passada, em Caracas.

A primeira tentativa dos 26 países da América Latina e Caribe de formular uma proposta própria para a dívida externa resultou em fracasso. A maioria dos países devedores da América Latina que formam o Grupo dos 8 (Brasil, México, Argentina, Venezuela, Uruguai, Bolívia e Equador — o Panamá está licenciado) ve com restrição qualquer tipo de proposta que implique a negociação da dívida externa através de uma plataforma conjunta.

A maior parte do Grupo dos 8, inclusive o Brasil, prefere a manutenção das negociações bilaterais, sobre-

tudo com o Plano Brady. Na avaliação de fontes brasileiras, qualquer proposta para uma plataforma global de negociação seria vista como confrontação direta pelos credores. Além de considerarem essa alternativa irrealista, os assessores da Fazenda não hesitam em afirmar que ela é produto de intelectuais brilhantes mas com os pés fora do chão, como o ex-assessor do Planejamento e da Fazenda, o economista Paulo Nogueira Batista Filho.

A linha do Governo venezuelano é diferente, apesar de o Presidente Carlos Andrés Perez ter celebrado um acordo com o Fundo Monetário Internacional, com a adoção de medidas ortodoxas da cartilha do FMI. Perez quer assumir a liderança política da discussão da dívida e o seu Governo critica os acordos bilaterais, prática que vai permitir à Venezuela ser um dos primeiros países, junto com México e Costa Rica, a ingressar no Plano Brady.

O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Reynaldo Rodriguez, ressalta que mesmo estando em posição privilegiada com relação ao Plano Brady, o Governo do seu país acredita que somente uma convergência de todos os países da América Latina em torno de uma proposta conjunta de negociação da dívida vai solucionar os problemas provo-

cados pelo alto peso das transferências para o exterior.

O Secretário do Sela, o venezuelano Carlos Perez de Castilho, está confiante que não adianta continuar esperando pela queda significativa das taxas de juros e a chegada de dinheiro novo em volume suficiente. "Eles não chegarão", afirmou. Ele defende uma proposta que causa arrepios na equipe econômica brasileira — a redução do valor nominal do principal em 50%; fixação das taxas de juros em 5%; mudança na legislação bancária dos países desenvolvidos para atrair os bancos comerciais, através de incentivos, ao processo de redução da dívida; e emissão de títulos dos devedores, em valor que incorpore o deságio da dívida, garantidos por um fundo, que poderia ter inclusive a participação do FMI e do Banco Mundial.

Castilho afirma que a dívida é um problema que não vai ser resolvido através de soluções isoladas, mas por intermédio de uma proposta para todos os países. Para reforçar essa proposta, o Secretário do Sela tem fortes argumentos. Na década de 80, os países latinos e caribenhos já transferiram US\$ 200 bilhões pelo pagamento do serviço da dívida aos países industrializados, mas a dívida cresceu US\$ 100 milhões no mesmo período.

Os devedores

A dívida externa da América Latina e Caribe atingiu US\$ 401 bilhões no final de 1988.

PAÍS	US\$ BILHÃO
Brasil	114,6
México	96,7
Argentina	56,8
Venezuela	31,9
Chile	19,1
Peru	16,2
Colômbia	15,9
Equador	10,5
Nicarágua	6,7
Uruguai	6
Costa Rica	4,1
Bolívia	3,9
República Dominicana	3,8
Honduras	3,2
Guatemala	2,8
El Salvador	1,8
Haiti	0,8

FONTE: Sela